



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021
(Processo Administrativo nº 219/2021)

O **MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.715.409/0001-50, por intermédio do Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, Sra. **THIAGO HENRIQUE FERREIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 3.338/2018, alterado pelo Decreto Municipal 3.436/2019, do(a)Pregoeiro(a) Thiago Pereira de Carvalho, e da Equipe de Apoio designados pela Portaria 22.472, de 31 de Maio de 2021, alterada pela Portaria 22.549, de 10 de Agosto de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo indicados, será realizada licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO E POR ITEM**, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 (alterado pelo Decreto Federal nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto Federal nº 3.784, de 6 de abril de 2001), na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar Federal nº 155, de 27 de outubro de 2016, no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, no Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, no Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, nos Decretos Municipais 3.021/2015, 3.022/2015, 1.772/2006 (alterado pelo Decreto 1.797/2006), Instrução Normativa Conjunta Municipal 001/2021, de 29 de Julho de 2021 e nas demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições constantes na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, bem como em observância às condições estabelecidas neste Edital, nos seus Anexos e no Processo nº 219/2021.

DATA PARA ENTRADA DAS PROPOSTAS NO COMPRAS.GOV.BR PARA O GRUPO I E ITEM I DO EDITAL

O envio das propostas poderá ocorrer a partir do dia **03/12/2021** até o horário limite de início da sessão pública. Durante esse período o licitante poderá incluir ou excluir sua proposta.

- **Data da sessão: 13/01/2022**
- **Horário: 09h**
- **Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br**
- **UASG: 985155**

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE MÁQUINA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (SISTEMA A FRIO) E ACESSÓRIOS AUXILIARES PARA PERMITIR A EXECUÇÃO DE NOVOS PROJETOS E REVITALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO EXISTENTE NAS VIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA E SEUS DISTRITOS**, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transportes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **COMPRA DE PLOTTER DE CORTE E RECORTE DE MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

CONFECÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço **POR GRUPO E POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3. Devido à necessidade de compatibilização técnica entre os equipamentos solicitados em cada lote de itens, a presente Licitação será **PARCELADA em ITEM I E GRUPO I** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**. O parcelamento do objeto em grupo e item distintos observou as características e especificações usuais de mercado, a fim de promover e garantir o cumprimento dos basilares princípios licitatórios, tais como isonomia e competitividade. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO E POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações dos objetos. Devido à necessidade de compatibilização técnica entre os equipamentos solicitados (especificamente entre os itens 2, 3, 4 e 5), a presente Licitação será realizada em **GRUPO E ITEM DISTINTOS** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 1.4. A disputa por **GRUPO E ITEM** é justificável por coadunar-se com os princípios da economicidade e razoabilidade, além de conferir maior grau de probabilidade de operacionalização eficiente do objeto licitado, sem afronta ao princípio da competitividade. Se o enquadramento de disputa por itens fosse adotado, várias empresas poderiam sagrar-se adjudicatárias de bens de mesma natureza que têm **FUNCIONALIDADES INTERDEPENDENTES**. A fim de evitar falta de uniformidade e de padronização no fornecimento dos materiais, a Administração reputa como vital a execução do objeto por **GRUPO E POR ITEM**. A plataforma **Compras.gov.br** não permite a formação de grupo com apenas 1 item. Houve a aglutinação de 4 itens num mesmo Grupo (G1) e a inserção de 1 item para disputa isolada do grupo.

2. DO CREDENCIAMENTO

- 2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
 - 2.1.1. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
 - 2.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

ITEM I - PLOTTER

- 4.4.90.52.00.00 – Sinalização de ruas e avenidas;
- FONTE 100;
- FICHA 962.

GRUPO I – MÁQUINA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA

- 4.4.90.52.00.00 – Sinalização de ruas e avenidas;
- FONTE 157;
- FICHA 1879.

4.DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Para o **ITEM 01**, a participação terá destinação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3 Para o **GRUPO 01** a participação terá destinação à ampla concorrência, podendo inclusive ter a participação das empresas na condição de ME e EPP. Não será reservada cota de 25% para os bens de natureza divisível, em decorrência da dificuldade de operacionalização em sistema. A ausência da reserva de cota encontra fundamento no inciso III do artigo 49, da Lei Complementar Federal 123/2006.

4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei federal nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar federal nº 123, de 2006.

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- 4.3.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei federal nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas aquisições de bens e serviços comuns, perfeitamente pertinentes e compatíveis para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante usual a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.
- 4.3.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar federal nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar federal nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPnº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

4.4.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *Valor unitário e total do item;*

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;*

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- 6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme artigo 75 da CF e, do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor *total DE CADA GRUPO*.
- 7.6Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- 7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01. (um centavo).
- 7.9 *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 7.10 *A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*
- 7.11 *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 7.12 *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.*
- 7.13 *Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.*
- 7.13.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto federal nº 8.538, de 2015.
- 7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei federal nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.25.1 no país;

7.25.2 por empresas brasileiras;

7.25.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado nos Decretos Municipais 3020/2015, 3021/2015 e 3022/2015, bem como o parágrafo único do art. 7º e o § 9º do art. 26 do Decreto Federal n.º 10.024/2019 por aplicação subsidiária.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02(duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-
- 8.6.3 *Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.*
- 8.6.3.1 *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*
- 8.6.3.2 *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*
- 8.6.3.3 *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.*
- 8.6.3.4 *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.*
- 8.6.3.5 *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

8.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues e reprovadas deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até 30(trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário ou fornecedor pessoa física, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto federal 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- 9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7 Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8 Habilitação jurídica:

- 9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei federal nº 5.764, de 1971;
- 9.8.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto federal nº 7.775, de 2012.
- 9.8.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 9.8.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.8.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda;

9.9.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.7 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.8 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.9 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10 Qualificação Econômico-Financeira.

9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; e, no caso de pessoa física, Certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física;

9.11 Qualificação Técnica

9.11.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o GRUPO pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (**exigência válida para o ITEM I e GRUPO I**);

9.11.1.1 Será exigido do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar (**EXIGÊNCIAS VÁLIDAS APENAS PARA O GRUPO I**):

- Registro no CREA do FABRICANTE do equipamento “Pertinente a Engenharia Mecânica”;
- Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado adquirente do equipamento equivalente que comprove a entrega e funcionamento do mesmo;
- Atestado de Assistência Técnica: Pós Venda fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, adquirente do equipamento equivalente;
- O Certificado de registro da marca do Equipamento no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial);
- A empresa Fabricante do equipamento deverá: ser certificada através de um organismo de certificação independente atestando que os vasos de pressão são fabricados de acordo com a norma NR-13 do ministério do trabalho, emitido por organismo de avaliação acreditado pelo CGRE/INMETRO;
- Alvará de localização e funcionamento do FABRICANTE do equipamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- Certificado de Adequação à legislação de trânsito (CAT) da Carreta Reboque;
 - Comprovante de Capacitação Técnica (CCT) da Carreta Reboque no INMETRO. Caso o licitante não seja o fabricante, deverá apresentar também a nota fiscal de compra;
 - Catálogo técnico das pistolas de pintura mecânica, manual e espalhadores de esfera com as devidas peças de reposição (não serão aceitas fotos ou folhetos). Para melhor análise e julgamento de compra, deverá ser apresentado junto com o envelope da Proposta de Preço.
- **Será exigido do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar no prazo de ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS: ENTREGA DE AMOSTRA: demonstração completa do equipamento e acessórios.**

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual / municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 **A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.**

9.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

5.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

9.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei federal nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de até 03 (três) a 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei federal nº 8.666, de 1993;

14.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei federal nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4 O prazo de vigência da contratação fica adstrita à duração dos créditos orçamentários do exercício financeiro corrente, salvo se houver previsão da aquisição no plano plurianual(PPA) e ou for prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

14.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei federal nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 Os objetos licitados deverão ser **ENTREGUES NOS PRAZOS MÁXIMOS DE 30 (TRINTA) DIAS CONSECUTIVOS PARA O OBJETO DO ITEM I E DE 60 (SESSENTA) DIAS CONSECUTIVOS PARA O OBJETO DO GRUPO I**, prorrogáveis pelos respectivos períodos mediante justificativa aceita pela Prefeitura, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência. A empresa signatária deverá entregar os objetos cotados, conforme as particularidades e demais condições estipuladas em sua proposta comercial.

15.2 Deverá a empresa signatária comunicar à prefeitura, por intermédio da Secretaria de Administração, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, a impossibilidade do cumprimento do fornecimento, informando os motivos correlatos.

- 15.3 Os objetos licitados deverão ser entregues no **Almoxarifado Central**, sito à Avenida VIII, n.º 50, Carreira Comprida, em Santa Luzia/MG, que poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais do município, com todas as despesas pagas pela empresa signatária.
- 15.4 O recebimento dos objetos licitados será efetuado da seguinte forma:
- 15.4.1 **provisoriamente**, pelo Almoxarifado Central para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência;
- 15.4.2 **definitivamente**, até 10 (dez) dias úteis, após verificação de qualidade e quantidade dos objetos licitados e consequente aceitação pelo solicitante.
- 15.5 Conforme disposto no art. 73, § 2º, da Lei federal nº 8.666/93, "o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato".
- 15.6 Os critérios de fiscalização estão previstos no termo de referência anexo a este edital.

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1 Da contratante:

- 16.1.1 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no instrumento contratual;
- 16.1.2 Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- 16.1.3 Exercer a fiscalização do contrato;
- 16.1.4 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no instrumento contratual.

16.2 Da Contratada:

- 16.2.1 Substituir ou repor os produtos que não estiverem de acordo com as especificações do Anexo I, nos prazos estipulados no Termo de Referência, contados a partir da comunicação feita pelo órgão solicitante;
- 16.2.2 Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, exigidas no Edital e anexos;
- 16.2.3 Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços.
- 16.2.4 Entregar os produtos, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, quando solicitados;
- 16.2.5 Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- 16.2.6 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 16.2.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

16.2.8 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

17 DO PAGAMENTO

- 17.1 O pagamento ao licitante vencedor será efetuado em conformidade com as disposições contidas neste Edital, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.
- 17.2 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal ou da Fatura, devidamente atestada pelo solicitante, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.
- 17.3 Para efeito do contido no Artigo 40 inciso XIV alínea “d” da Lei federal nº 8.666/93, após requerimento do contratado, fica estabelecido que os pagamentos efetuados em atraso pela CONTRATANTE serão monetariamente corrigidos pelo IPCA-E, levando-se em consideração a variação deste índice entre o mês do vencimento da prestação e o efetivo pagamento.
- 17.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com resultado favorável, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei federal nº 8.666/93.
- 17.5 Do valor apresentado para pagamento, será efetuada a retenção na fonte, referente ao IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; CSLL – Contribuição Sobre o Lucro Líquido; COFINS – Contribuição para a Seguridade Social, e a Contribuição para o PIS- PASEP, em obediência ao disposto na Lei federal no 9.430/96 e na Instrução Normativa Conjunta SRF no 1, de 9/1/97, exceto para empresas que forem optantes pelo “SIMPLES”, e apresentarem cópia do Termo de Opção, após recebimento da Nota de Empenho.
- 17.6 O pagamento será efetuado mediante depósito na conta-corrente, agência e banco indicados pelo licitante vencedor, ou por meio de fatura eletrônica (nota fiscal com código de barras), ou boleto bancário.
- 17.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 18.1 Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com o Município e será descredenciado no cadastro de fornecedores da prefeitura, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais, nos seguintes casos:
- 18.1.1 Cometer fraude fiscal;
- 18.1.2 Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa;
- 18.1.3 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 18.1.5 Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho;
- 18.1.6 Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 18.1.7 Não mantiver a proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- 18.1.8 Ensejar o retardamento da execução do objeto.
- 18.2 Para os fins do disposto no subitem 19.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
- 18.3 Além do previsto no subitem 18.1, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá aplicar ao licitante vencedor as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras e da responsabilidade civil e criminal:
- 18.3.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 18.3.2 Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, limitada a 20% do valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;
- 18.3.3 Multa compensatória limitada a 20% (vinte) sobre o valor total do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;
- 18.3.4 As sanções previstas nos subitens 18.3.1, 18.3.6, 18.3.7 e 18.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.3.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 18.3.6 Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no cadastro de fornecedores da Prefeitura, pelo prazo de até cinco anos;
- 18.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 18.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 18.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 18.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 18.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 18.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- 18.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 18.14 As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 18.15 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será assegurado ao licitante vencedor o direito ao contraditório e a ampla defesa.

19 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 19.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, conforme preceitua o Artigo 24 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 20.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@santaluzia.mg.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. VIII, nº: 50, B. Carreira Comprida, Santa Luzia/MG – CEP 33.045.090, seção “Protocolo Geral”
- 20.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital – conforme norma insculpida no Artigo 23 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 20.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 20.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 20.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

21 DO FORO

21.1 O foro da comarca de Santa Luzia é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10.1 O Catálogo de Materiais – CATMAT – e o Catálogo de Serviços – CATSER – do Compras.gov.br **não são exaustivos** em relação às possibilidades de aquisições e contratações públicas. Desta forma, havendo divergências entre as especificações de bens/serviços do Edital e do Compras.gov.br, **prevalecerão as especificações do Edital.**

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br; www.santaluzia.mg.gov.br; https://contaspublicas.santaluzia.mg.gov.br/contaspublicas/pages/publicacao_editais.xhtml, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço: Sede da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, Superintendência de Licitação e Compras, Av. VIII, nº: 50, B. Carreira Comprida, Santa Luzia/MG, CEP 33.045-090., nos dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00, mesmo endereço e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 Anexo I - Termo de Referência I / Termo de Referência II.

22.12.2 Anexo II – Modelo para composição de proposta.

22.12.3 Anexo III - Modelo de Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

22.12.4 Anexo IV - Modelo de Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

22.12.5 Anexo V - Modelo de Declaração de Idoneidade.

22.12.6 Anexo VI - Modelo de Declaração de Superveniência.

22.12.7 Anexo VII - Minuta do Contrato.

Santa Luzia/MG, 02 de Dezembro de 2021

Thiago Henrique Ferreira
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA I

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE PLOTTER DE
CORTE E RECORTE DE MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA
CONFECCÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO**





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

1 – OBJETO

Compra de Plotter de Corte e Recorte de materiais específicos para confecção de sinalização vertical de trânsito.

2 – JUSTIFICATIVA

A referida compra se justifica pelo aumento da demanda de confecção de sinalização vertical de trânsito e placas de identificação de logradouro público do município de Santa Luzia/MG.

Atualmente o setor responsável (fábrica de placas) conta com apenas um equipamento, não comportando o volume de trabalho demandado.

3 – ESPECIFICAÇÕES DOS BENS OU SERVIÇOS

ITEM	QUANTIDADE
Plotter de Corte e Recorte	01
ESPECIFICAÇÕES	
Software	Corel Draw ou Fine Cut 8
Largura máxima do material	1550 mm
Area efetiva do corte	1370 mm
Velocidade máxima do corte	Corte: 70cm/s Movimento:100cm/s
Velocidade ajustável	1 – 10cm/s (passos de 1cm) 1 – 70cm/s (passos de 5 cm)
Repetibilidade	± 0,2mm / 2000mm
Variação efetiva da repetibilidade	1350mm x 2000mm
Força de corte	500g
Variação de pressão	Cortador: 10- 20g (passo2g), 20 -100g(passo5g), 100 – 500g (passo10g)
	Caneta: 10- 20g (passo2g), 20 -100g(passo5g), 100 – 150g (passo10g)
Materiais aceitáveis	Vinil, vinil fluorescente, material refletivo, material emborrachado
Ferramentas Aplicáveis	Lâminas e canetas esferográficas
Interface	USB, Ethernet
Tamanho da memória	27MB
Energia	AC 100V – 240V, menos que 145VA
Dimensão	1830 x 580 x 1150mm



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

OBS: O equipamento deverá ser entregue com 20 unidades reservas de lâminas de 60°, utilizadas no corte de material vinil.

04 – DA APRESENTAÇÃO DO OBJETO

O licitante declarado provisoriamente vencedor deverá apresentar à Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Transportes da Prefeitura de Santa Luzia, no horário de 08h às 11h e 14h às 17h, um catálogo ilustrado contendo as especificações técnicas do item ofertado, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** após a declaração da empresa vencedora no processo licitatório. A não apresentação do catálogo dentro do prazo estabelecido ensejará a desclassificação da proposta, sendo convocada a proposta subsequente.

- 4.1 O catálogo será analisado pela equipe técnica da Secretaria de Segurança Pública Trânsito e Transportes, que através de um representante, se manifestará, informando os motivos da aceitação ou recusa do mesmo;
- 4.2 Não será analisado o catálogo que for encaminhado fora do prazo estabelecido;
- 4.3 O catálogo que for eventualmente recusado terá a proposta desclassificada, sujeitando-se às penalidades previstas em lei;
- 4.4 O item ofertado pela licitante deverá ser analisado quanto ao menor preço e qualidade, de modo que o Município analise a compatibilidade de custo / benefício, a fim de optar pelo objeto que melhor atenda às suas necessidades.
- 4.5 Decorrido o prazo previsto sem a apresentação do catálogo, a empresa será considerada desclassificada e será convocada a segunda colocada para que apresente seu catálogo no mesmo prazo concedido à primeira, e assim sucessivamente até que haja a aprovação do item;
- 4.6 O não atendimento do catálogo desclassifica a licitante, sob pena de multa, podendo a empresa ser proibida de participar de licitações do município por no mínimo (cinco) anos, caso seja comprovado comportamento inidôneo ou tentativa de tumultuar o processo licitatório, conforme prevê a lei 8.666/93;
- 4.7 Será facultado aos demais concorrentes do certame o direito de acompanhar a análise do item ofertado;
- 4.8 Ao final da análise do item será realizado um Laudo de Recebimento (provisório ou definitivo) que deverá ser assinado pelo representante da Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Transportes. O documento será encaminhado ao setor de Licitações, o qual será responsável pela publicidade e formalização dos demais procedimentos que se fizerem necessários. Tais procedimentos consistem na adjudicação da proponente, caso seu objeto seja declarado aprovado e na desclassificação do proponente, caso seu objeto seja declarado reprovado, e conseqüente convocação da próxima proponente melhor classificada para que faça a apresentação e entrega de seu objeto.

5 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

5.1. Modalidade sugerida: Pregão eletrônico

5.2. Critério de julgamento sugerido: Menor preço global, levando-se em consideração o atendimento às demais exigências e especificações deste Termo de Referência.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 Fornecer à Contratada todas as informações relacionadas ao objeto deste Termo;
- 6.2 Designar representante(s) para exercer a fiscalização dos serviços e fornecimentos contratados e atestá-los;
- 6.3. Sustar o recebimento do objeto se o mesmo não estiver de acordo com a especificação e solicitar a substituição do objeto se, no período da validade, a contar do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação ou origem, devidamente comprovados.
- 6.4 – Notificar por escrito a Contratada, a respeito de qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços;
- 6.5 – Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear os contratos;
- 6.6 – Não permitir o manuseio de equipamento para constatação de defeito por pessoas que não sejam os técnicos da Contratada.
- 6.7 - Efetuar o pagamento à empresa contratada de acordo com as condições de preço e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência, na licitação e contratos.
- 6.8 - Permitir o acesso dos empregados da Contratada as suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações (ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS) e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela mesma;
- 6.9 Acompanhar, atestar e efetuar o recebimento dos equipamentos correspondentes a este instrumento, por servidor ou Comissão de Recebimento dos equipamentos, devidamente legalizado, conforme prevê o art. 73, da Lei n.º 8.666/93, bem como rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa entregar fora das especificações deste Termo de Referência, não eximindo a Contratada de sua total responsabilidade quanto ao cumprimento de suas obrigações;
- 6.10 Comunicar imediatamente a empresa Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos equipamentos/materiais;
- 6.11 Efetuar o pagamento a Contratada em conformidade ao estabelecido neste Termo de Referência, mediante conferência dos documentos: Nota Fiscal/Fatura, e devidamente atestados por servidor ou comissão encarregada do recebimento e observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

7.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.1.2. Substituir ou repor o produto que não estiver de acordo com as especificações deste Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da comunicação feita pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

7.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.1.4. Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, exigidas no Edital e anexo.

7.1.5. Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços.

7.1.6. Entregar o objeto, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, quando solicitados.

7.1.7 Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o Contratante, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete.

7.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

7.1.9. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à Contratante ou terceiros.

7.2 A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados na sua fabricação, de acordo com o que determina o Artigo 69 da lei 8666/1993;

7.3 Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa com frete, ensaios, testes, laudos, e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário;

7.4 Entregar os equipamentos solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito Transportes constantes na Nota de empenho em até 30 (TRINTA) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da nota de empenho;

7.5 A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Contratante, decorrentes de sua culpa ou dolo quanto à entrega dos equipamentos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e/ou acompanhamento pelo órgão interessado, com fulcro no Artigo 70 da Lei 8666/93;

7.6 Contratada deverá assumir todos e quaisquer ônus referentes a frete, salário, horas extras e adicionais, encargos fiscais e comerciais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados, resultantes da entrega dos equipamentos solicitados;

7.7 A Contratada deverá comunicar a Prefeitura de Santa Luzia, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento por escrito;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

7.8 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos equipamentos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, em conformidade com o Art. 65 da Lei 8666/93;

7.9 A Contratada deverá dar TREINAMENTO completo, na sede da Prefeitura de Santa Luzia, sem custo adicional;

7.10 A Contratada deverá dar assistência técnica garantida e prestada em Belo horizonte e/ou Região Metropolitana.

8 – LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A entrega deverá ser feita no Almojarifado de Sinalização de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Transportes da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, localizado na AV. VIII, 50 - Bairro Frimisa, no horário de 08h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira

- Horário de funcionamento: de 08h30 as 16h30, de segunda à sexta-feira.

9 – PRAZOS DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A empresa contratada terá um prazo de até 30 (TRINTA) dias consecutivos a partir da ordem de fornecimento para efetuar a entrega do item no local indicado.

10 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Dotação Orçamentária correrá por conta de:

- 4.4.90.52.00.00 – Sinalização de ruas e avenidas;
- FONTE 100;
- FICHA 962.

11 – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.1 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.2 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.4 Cometer fraude fiscal;

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

11.2.2 Multa moratória de 0,05% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20%.

11.2.3 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.5 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 11.1 deste Termo de Referência.

11.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999

11.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

11.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6.2 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

11.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade

11.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12 – CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

12.1 O Contratante terá o prazo de até 30 (trinta) dias para o pagamento integral da Nota Fiscal devidamente preenchida, atestada e liquidada.

12.2 O Contratante não se responsabiliza pelo pagamento de Notas Fiscais não emitidas de conformidade com os critérios da legislação e da Secretaria Municipal de Finanças de Santa Luzia.

12.3 A Contratada deverá comprovar, no ato do pagamento, estar em dia com as obrigações previdenciárias e fiscais.

12.4 Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº 9.317/96 e sua sucessora, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

13 – GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1 O prazo de garantia mínimo aceitável dos equipamentos deverá ser equivalente a 36 (Trinta e seis) meses consecutivos, contados da data de entrega;

13.2 O prazo para entrega total dos equipamentos e materiais é de até 30 (TRINTA) dias consecutivos, a contar da data do recebimento de cada Nota de Empenho/Ordem de fornecimento, conforme artigo 40 inciso § 4º da Lei 8666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

13.3 Garantia: o fornecedor garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de entrega;

13.4 Assistência Técnica: deverá ser prestada em Belo Horizonte e/ou Região Metropolitana, de segunda a sexta-feira, sem ônus para Prefeitura durante o período de garantia.

14 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO / ACOMPANHAMENTOS DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

14.1 Ficará a cargo da fiscalização do contrato as servidoras:

- Maria Auxiliadora Apolinário Brito – Mat: 34806;
- Elisiane Carolina Duarte – Mat: 34860;

14.2 O acompanhamento da execução de serviços e entrega dos bens ficará a cargo dos Engenheiros de Trânsito e do Técnico de placas da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, sendo eles:

- Guilherme de Mello Pessoa Guimarães Cardoso – Mat: 33584;
- Gustavo Magno de Oliveira Mendes – Mat: 35297;
- Josimar Barbosa dos Anjos – Mat: 34847.

15- DA RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO DO CONTRATO

Fica responsável pela gestão do contrato o servidor Walter Anselmo Simões Rocha, matrícula 34653, para acompanhar todos os procedimentos licitatórios, administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega do bem e devido pagamento, conforme dispositivos legais, art. 15, §8º e art. 73, inciso II, da lei 8.666/93.

Santa Luzia, 02 de Junho de 2021

Walter Anselmo Simões Rocha
Secretário de Segurança Pública, Trânsito e Transportes



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

TERMO DE REFERÊNCIA II

1) OBJETO

O Presente Termo de Referência tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MÁQUINA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (SISTEMA A FRIO) E ACESSÓRIOS AUXILIARES** para permitir a execução de novos projetos e revitalização da sinalização existente nas vias do município de Santa Luzia e seus distritos, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transportes, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2) JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transportes de Santa Luzia tem como competência: planejar, organizar, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos ao transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito, pólos geradores de tráfego e sistema viário, observado o planejamento urbano municipal.

As ações de engenharia visam aumentar a segurança no trânsito, promovendo e mantendo o seu ordenamento. A sinalização adequada de novas vias bem como a revitalização e manutenção da sinalização em vias já abertas à circulação são condições fundamentais para que o trânsito de veículos ocorra com mais segurança para todos os usuários.

O objetivo da aquisição dos referidos equipamentos é otimizar e modernizar o serviço de sinalização horizontal, permitindo a revitalização das vias urbanas do município, ordenando o fluxo de veículos nas vias em observância à preservação do fator segurança, através de implantações de pinturas de legendas, setas indicativas, faixas de retenção e de pedestres, símbolos e faixas de divisão de fluxos, por exemplo.

A máquina de sinalização viária vai garantir maior durabilidade dos serviços executados bem como vai permitir o atendimento de forma mais rápida das demandas do município que surgem diariamente.

Vantajosidade:

- Maior durabilidade e qualidade dos serviços executados;
- Maior agilidade e precisão no atendimento das demandas;
- Redução de erros, retrabalhos e conseqüentemente redução de custos para a Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

3) DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	MÁQUINA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA (PINTURA DE FAIXA; GUIAS DE SARJETAS; POSTES; ZEBRADOS; FAIXAS DE PEDESTRES; SETAS; LEGENDAS E OUTROS). TOTALMENTE NOVA E COM AS DEVIDAS GARANTIAS, DOTADA DE DUAS PISTOLAS MECÂNICAS, MANUAL E ESPALHADORES DE MICROESFERA GENUINAMENTE NACIONAIS. A GANHADORA DEVERÁ DAR TREINAMENTO DO EQUIPAMENTO NA SEDE DA PREFEITURA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ VIR COM GIROFLEX.	UN	01
02	CARRETA ESPECÍFICA COM RAMPAS DE ACESSO PARA SUBIDA E DESCIDA DO EQUIPAMENTO COM PONTOS DE FIXAÇÃO PARA O TRANSPORTE SEGURO DO MESMO. A CARRETA DEVE ESTAR DEVIDAMENTE DOCUMENTADA E LICENCIADA PELO DETRAN/MG, COMPATÍVEL COM O ITEM 01.	UN	01
03	MARTELETE PNEUMÁTICO PARA IMPLANTAÇÃO DE TACHAS E TACHÕES COMPATÍVEL COM O ITEM 1.	UN	01
04	CONJUNTO APLICADOR PARA FAZER PINTURA MANUAL DE ZEBRADOS, PASSAGEM DE PEDESTRES, LEGENDAS E OUTROS ACESSORIOS EXTRAS, COMPATÍVEL COM O ITEM 1.	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

ITEM 01- Máquina para demarcação viária (pintura de faixa; guias de sarjetas; postes; zebRADOS; faixas de pedestres; setas; legendas e outros). Totalmente nova e com as devidas garantias, dotada de pistolas mecânicas, manual e espalhadores de microesfera. A empresa deverá dar treinamento do equipamento na sede desta Prefeitura. O Equipamento deves vir com Giroflex.

DESIGN DO EQUIPAMENTO

- Chassi de tubos de aço soldados eletricamente;
- Rodado: 4 rodas aro 8", pneus 500 x 8" com preenchimento a polímero para evitar trepidações e melhorar a performance da pintura. Cubos de roda em aço, montados sobre rolamentos;
- Tanque de Combustível em aço Inox - capacidade mínima de 20 litros;
- Comando totalmente hidráulico para movimentação do sistema de tração para melhor precisão na velocidade e segurança do equipamento;
- Tração e freio por sistema Hidráulico nas rodas traseiras, contendo bomba de pistão com platô de variação de velocidade com comando hidráulico, contendo um dispositivo de ponto neutro para evitar acidente no caso de estar estacionada trabalhando com pistola manual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- Equipada com freios hidráulicos que garantam a segurança do operador e terceiros e que assegurem a completa imobilização do equipamento quando acionado;
- Equipada com dispositivo que permita desenvolver dois modos de velocidades independentes, de troca rápida, sendo: uma reduzida (compatível com o trabalho) e outra mais rápida para deslocamento;
- Sistema elétrico com Bateria 12 Volts e alternador;
- Caixa de direção veicular, tipo rosca sem fim eixo central de 40 mm montado com dois mancais com rolamento de 40 mm, permitindo grande precisão no alinhamento;
- Assento para o operador com regulagem de peso, altura, avanço e recuo, cinto de segurança estático abdominal e apoio de braço escamoteável;
- Cobertura para o Operador;
- Lanterna e farol de 12 volts para sinalização do equipamento;
- Largura total nos pneus – Máximo 1.200 mm;
- Largura total da máquina – Máximo 1.600 mm;
- Comprimento da máquina – Máximo 3.700 mm;
- Altura da máquina – máxima 1.350 mm;
- Peso máximo – 1.500 kg;

MOTOR COMPRESSOR:

- Motor a diesel, capacidade mínima de 23 Hps, 3.600 RPM, 3 cilindros, refrigerado a água, partida elétrica, alternador 12 volts, baixo consumo de combustível, silencioso, baixa vibração e de pouco peso, motor ecológico;
- Compressor de três cilindros com no mínimo 60 PCM, um estágio refrigerado a ar, baixa pressão, lubrificação por pescador, filtro de ar na admissão;
- Chassi independente com coxins anti-vibratórios;
- Capô para o conjunto Moto Compressor.

SISTEMA PNEUMÁTICO:

- Controles independentes da pressão dos tanques das tintas e atomização da tinta;
- Controle de pressão feita com válvulas de alta qualidade rosca 3/8" BSP;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- Manômetros pressão, mecanismo imerso em glicerina para aumentar a vida útil e a precisão dos mesmos;
- Comando de abertura e fechamento das pistolas de pintura e de microesferas de vidro, feito por válvulas eletromecânicas (solenóides 12 volts), acionadas manualmente e ou pelo automático eletrônico;
- 02 (dois) reservatórios em aço inox com capacidade de 100 (cem) litros cada com Certificação NR13, pressurizado, com todos os dispositivos de segurança;
- As tampas dos reservatórios devem ser em aço inox, estampadas em chapa de ¼” monobloco, com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) mm de diâmetro, fixadas com seis presilhas e vedação em borracha “viton”. Os bocais de alimentação devem vir com peneira estampada em aço de malha 2mm, pás e parafusos em material inox. Devem ser encaminhadas 02 (duas) peneiras sobressalentes para reposição;
- Batedor de tintas sistema hidráulico, individuais com funcionamento independente para cada tanque de tinta acionado pelo motor da máquina;
- Tanque pressurizado para solvente: possibilita a limpeza automática do equipamento;
- Filtros no circuito da tinta para evitar sujeiras nas Pistolas;
- 02 (duas) Pistolas especiais para pintura de pavimentos, sistema mecânico com estágio atomizado e comando, acionamento eletropneumático à distância pelo automático intercalador ou manual, pintura de faixas duplas simples e seccionadas;
- Guia indicador regulável, para alinhamento da pintura, rolamentado;
- Dispositivo especial para perfeita execução das faixas com bordos nítidos e permitindo a regulação precisa da largura das mesmas;
- 01 (uma) Pistola manual longa, duplo estágio, genuinamente nacional, para pintura de guias de sarjetas, legendas, passagem de pedestres, postes, muros, setas, legendas e demais serviços manuais, especialmente desenvolvida para esta finalidade. Corpo da pistola fabricada em material leve e tubulação em inox com duplo estágio (para ar, limpeza e pulverização da tinta), com bico para pintura em RCC e tungstênio temperado para alta resistência a abrasão. Cabo longo, mínimo de 550 mm de comprimento para o operador



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

trabalhar em pé aumentando o rendimento e não prejudicando a coluna dorsal, cujo peso não devesse exceder a um quilo e duzentos gramas;

- Tanque pressurizado para microesfera de vidro com Certificação NR-13, com capacidade mínima de 87 (oitenta e sete) quilos, pressurizado, válvulas de segurança, tampa dos tanques com um diâmetro mínimo de 260 mm, estampada a frio em chapa de Aço Inox com ¼" de espessura, fixada com no mínimo três presilhas e vedação em borracha nitrílica;
- 02 (dois) espalhadores de microesfera de vidro. Recebem o material por pressão e pulverizam com pequena pressão de ar;
- Automático eletrônico com 10 (dez) medidas prefixadas, sendo que as variáveis deverão ser ilimitadas, fazendo qualquer medida tanto pintada quanto vazia. O mesmo deverá fazer a soma do acumulado linear de faixas pintadas, com velocímetro integrado que mede em metros por minutos, genuinamente Nacional.

ITEM 02. Carreta específica com rampas de acesso para subida e descida do equipamento com pontos de fixação para o transporte seguro do mesmo. A carreta deve estar devidamente documentada e licenciada pelo Detran/MG, compatível com o item 01.

- Fabricada em tubo retangular aço 1010 x 1020;
- Medida 100 x 50 x 3 m/m;
- Sistema de freio Hidráulico a disco com sistema antitravamento para a marcha a Ré;
- Molas de Lâmina com jumelo, batente de borracha e amortecedor;
- Roda Aro 15``;
- Pneu 15`` x 195/60;
- Eixo rolamentado com disco tipo automotivo;
- Plataforma Basculante independente do chassi, com sistema de amortecimento para subir e baixar;
- Sistema de engate de bola com fechamento automático e trava de segurança;
- Corrente de atrelamento ao veículo conforme normas do CONTRAN;
- Pintura epóxi em toda a Carreta;
- 3ª Roda para apoio de estacionamento e manobras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- Apoio dianteiro (STOP) com regulagem para equilibrar o centro da máquina quando vazia ou carregada;
- Rampas basculantes para acesso da máquina;
- Grampos reguláveis de atrelamento da máquina a carreta;
- Sistema elétrico de Sinalização regulamentar 12 V;
- Documentação regulamentar conforme normas do CONTRAN - Portaria 47/98.

ITEM 03. Martelete pneumático para implantação de tachas e tachões, compatível com o item 01.

Dotado de ferramentas especiais para implantação de tachas e tachões, conforme detalhado a seguir:

- Capacidade de 12 Kg, com retentor de borracha para fixação dos ponteiros;
- Cabo anatômico e gatilho interno de acionamento, carcaça em aço;
- Dois ponteiros sextavados de 7/8" com pontas apropriadas para instalação de tachas e tachões;
- Quinze metros de mangueira 3/4" alta pressão em dois lances: um de cinco e outro de dez metros com abraçadeiras bipartidas;
- Lubrificador em carcaça em aço para funcionamento em meio de linha com saídas para engate rápido - macho e fêmea / rosca 3/4".

ITEM 04. Conjunto aplicador para fazer pintura manual de zebraados, passagem de pedestres, legendas e outros, compatível com o item 01.

Deve executar em uma passada, faixa de até 40 cm, contendo:

- 03 (três) Rodas Poliuretano;
- 02 (duas) Pistolas Mecânicas;
- 10 (dez) Metros Mangueira Especial Dupla para Ar/Tinta;
- 02 (duas) válvulas de esfera que possibilitam trabalhar com uma ou duas pistolas;
- 01 (uma) válvula pneumática de gatilho para acionamento das pistolas.

RENDIMENTOS:

- Esfera: 250 gramas por m². - D.O;
- Esfera: 150 gramas por m² – Premix (Misturar na tinta);
- Tinta: 30 a 35 m² por balde com 18 litros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- Autonomia de trabalho: 3,50 Km - faixa 10 cm ou 350 m²;
- Capacidade de pintura de até vinte quilômetros por dia;
- Velocidade de trabalho de até quatro quilômetros por hora.

TREINAMENTO

Treinamento completo dado na sede da Prefeitura por um ou mais técnicos da empresa, sem custo adicional. O referido treinamento deverá abarcar práticas de campo bem como ter duração suficiente e compatível com as exigências e complexidade de manuseio dos equipamentos (mínimo de 7 (sete) dias).

GARANTIA DE QUALIDADE:

Garantia por 12 (doze) meses, após a entrega técnica, contra defeitos de funcionamento, sendo que qualquer componente que se apresente defeituoso ou inadequado será substituído ou reparado, sem qualquer ônus para o adquirente.

ACESSÓRIOS EXTRAS

Giroflex.

4) FORMA DE CONTRATAÇÃO

Devido à necessidade de compatibilização técnica entre os equipamentos solicitados (especificamente dos itens 2,3 e 4 com o item 1 - máquina de pintura), a Administração Pública propõe o seguinte modelo de contratação:

- Licitação em lote único com preço global, onde apenas uma empresa terá a competência de fornecer todos os equipamentos detalhados no item 03.

5) HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Será exigido do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar **(tais documentos de habilitação deverão ser anexados juntamente com a proposta inicial no Compras.gov.br, conforme preceitua o Decreto Federal 10.024/2019)** :

- Registro no CREA do FABRICANTE do equipamento “Pertinente a Engenharia Mecânica”;
- Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado adquirente do equipamento equivalente que comprove a entrega e funcionamento do mesmo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- Atestado de Assistência Técnica: Pós Venda fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, adquirente do equipamento equivalente;
- Certificado de registro da marca do Equipamento no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial);
- A empresa Fabricante do equipamento deverá: ser certificada através de um organismo de certificação independente atestando que os vasos de pressão são fabricados de acordo com a norma NR-13 do ministério do trabalho, emitido por organismo de avaliação acreditado pelo CGRE/INMETRO;
- Alvará de localização e funcionamento do FABRICANTE do equipamento;
- Certificado de Adequação à legislação de trânsito (CAT) da Carreta Reboque;
- Comprovante de Capacitação Técnica (CCT) da Carreta Reboque no INMETRO. Caso o licitante não seja o fabricante, deverá apresentar também a nota fiscal de compra;
- Catálogo técnico das pistolas de pintura mecânica, manual e espalhadores de esfera com as devidas peças de reposição (não serão aceitas fotos ou folhetos). Para melhor análise e julgamento de compra, deverá ser apresentado junto com o envelope da Proposta de Preço.

Será exigido do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar no prazo de até 10 (dez) dias úteis:

- **ENTREGA DE AMOSTRA: demonstração completa do equipamento e acessórios.**

6) ENTREGA, RECEBIMENTO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Os equipamentos e materiais solicitados serão entregues no Município de Santa Luzia conforme endereço especificado na Ordem de Fornecimento;
- Fica terminantemente vedado ao contratado entregar equipamentos e materiais que sejam usados, conflitante com este Termo de Referência, reservando-se a Prefeitura de Santa Luzia o direito de recusar qualquer item que apresente tais características;
- Embalagem: Os equipamentos deverão ser entregues em embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência a outros produtos/corpos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

estranhos, sem unidade, amassados, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número de registro INMETRO ou órgão equivalente;

- O prazo de garantia mínimo aceitável dos equipamentos deverá ser equivalente a 12 (doze) meses consecutivos, contados da data de entrega;
- O prazo para entrega total dos equipamentos e materiais é de até 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento de cada Nota de Empenho, conforme artigo 40 inciso § 4o da Lei 8666/93;
- Garantia: o fornecedor garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;
- Assistência Técnica: deverá ser prestada em Belo Horizonte e/ou Região Metropolitana, de segunda a sexta-feira, sem ônus para Prefeitura durante o período de garantia.

7) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei no. 8.666/93 e demais normas pertinentes, as normas previstas neste Termo de Referência são obrigações da Contratada:

- A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados na sua fabricação, de acordo com o que determina o Artigo 69 da lei 8666/1993;
- Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa com frete, ensaios, testes, laudos, e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário;
- Entregar os equipamentos solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito Transportes constantes na Nota de empenho em até 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da nota de empenho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Contratante, decorrentes de sua culpa ou dolo quanto à entrega dos equipamentos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e/ou acompanhamento pelo órgão interessado, com fulcro no Artigo 70 da Lei 8666/93;
- A Contratada deverá assumir todos e quaisquer ônus referentes a frete, salário, horas extras e adicionais, encargos fiscais e comerciais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados, resultantes da entrega dos equipamentos solicitados;
- A Contratada deverá comunicar a Prefeitura de Santa Luzia, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento por escrito;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos equipamentos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, em conformidade com o Art. 65 da Lei 8666/93;
- A Contratada deverá dar TREINAMENTO completo, na sede da Prefeitura de Santa Luzia, por um ou mais técnicos, sem custo adicional;
- A Contratada deverá dar assistência técnica garantida e prestada em Belo Horizonte e/ou Região Metropolitana.

8) OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Permitir o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações (ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS) e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela mesma;
- Acompanhar, atestar e efetuar o recebimento dos equipamentos correspondentes a este instrumento, por servidor ou Comissão de Recebimento dos equipamentos, devidamente legalizado, conforme prevê o art. 73, da Lei n.º 8.666/93, bem como rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa entregar fora das especificações deste Termo de Referência, não eximindo a Contratada de sua total responsabilidade quanto ao cumprimento de suas obrigações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- Comunicar imediatamente a empresa Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos equipamentos/materiais;
- Efetuar o pagamento a Contratada em conformidade ao estabelecido neste Termo de Referência, mediante conferência dos documentos: Nota Fiscal/Fatura, e devidamente atestados por servidor ou comissão encarregada do recebimento e observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

9) DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PAGAMENTO

- O fornecimento decorrente deste Termo será instrumentalizado por meio de CONTRATO, que terá força obrigacional e vinculará a licitante a sua proposta, a este Termo e ao Edital de Licitação, respectivo, sem prejuízo as demais obrigações decorrentes de Lei e normas;
- O prazo de vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigorará por um período de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado;
- O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos/materiais, mediante a apresentação dos documentos: Nota Fiscal devidamente atestada por servidor ou comissão encarregada do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento;
- Não será efetuado qualquer pagamento a(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura;
- É condição de obrigatoriedade para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Negativa Federal, podendo ser verificado a certificação on-line nos sítios eletrônicos.

10) DOS RECURSOS FINANCEIROS

A Dotação Orçamentária correrá por conta de:

- 4.4.90.52.00.00 – Sinalização de ruas e avenidas;
- FONTE 157;
- FICHA 1879.

11) DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO / ACOMPANHAMENTOS DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Ficará a cargo da fiscalização do contrato a servidora:

- Aline Assis Silva – Mat: 33547;

O acompanhamento da execução de serviços e entrega dos bens ficará a cargo dos Engenheiros de Trânsito e do Coordenador de Sinalização Viária da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, sendo eles:

- Guilherme de Mello Pessoa Guimarães Cardoso – Mat: 33584;
- Gustavo Magno de Oliveira Mendes – Mat: 35297;
- Carlos Henrique Silva Pereira – Mat: 34851.

12) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas nas Leis 10.520/02, 8.666/93 e demais leis;
- As sanções administrativas, também poderão ser aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério do Município;
- O prazo para apresentação de recursos das penalidades aplicadas e de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

13) DA RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO DO CONTRATO

- Fica responsável pela gestão do contrato o servidor Walter Anselmo Simões Rocha, matrícula 34653, para acompanhar todos os procedimentos licitatórios, administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega do bem e devido pagamento, conforme dispositivos legais, art. 15, §8º e art. 73, inciso II, da lei 8.666/93.

Santa Luzia, 11 de agosto de 2021

Walter Anselmo Simões Rocha
Secretário de Segurança Pública, Trânsito e Transportes



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

TABELA DE PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM I

Item	Descrição	UM	Qtde.	Preço Unit.	Total	BENEFÍCIO LC 123/2006
001	<p>PLOTTER DE CORTE E RECORTE . SOFTWARE: COREL DRAW OU FINE CUT 8</p> <p>LARGURA MAXIMA DO MATERIAL: 1550mm</p> <p>AREA EFETIVA DE CORTE: 1370mm</p> <p>OBSERVACAO: O EQUIPAMENTO DEVERA SER ENTREGUE COM 20 (VINTE) UNIDADES RESERVAS DE LAMINAS DE 60°, UTILIZADAS NO CORTE DE MATERIAL VINIL.</p> <p>VELOCIDADE MAXIMA DE CORTE: CORTE - 70cm/s - MOVIMENTO - 100cm/s</p> <p>VELOCIDADE AJUSTAVEL: 1 - 10cm/s (passos de 1 cm) / 1 - 70 cm/s (passos de 5 cm)</p> <p>REPETIBILIDADE: +- 0,2mm / 2000mm</p> <p>VARIACAO EFETIVA DA REPETIBILIDADE 1350mm x 2000mm</p>	UN	1	R\$ 9.030,0000	R\$ 9.030,0000	EXCLUSIVO ME/EPP



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

<p>FORÇA DE CORTE: 500g</p> <p>VARIACAO DE PRESSAO: CORTADOR - 10 - 20g (passo 2g), 20 - 100g (passo 5g), 100 - 500g (passo 10g)</p> <p>CANETA - 10 - 20g (passo 2g), 20 - 100g (passo 5g), 100 - 150g (passo 10g)</p> <p>MATERIAIS ACEITAVEIS: VINIL , VINIL FLUORESCENTE, MATERIAL REFLEXIVO, MATERIAL EMBORRACHADO</p> <p>FERRAMENTAS APLICAVEIS: LAMINAS E CANETAS ESFEROGRAFICAS</p> <p>INTERFACE: USB, ETHERNET</p> <p>TAMANHO DA MEMORIA: 27MB</p> <p>ENERGIA: AC 100V - 240V, MENOS QUE 145VA</p> <p>DIMENSAO: 1830 x 580 x 1150mm</p> <p>OBSERVACAO: O EQUIPAMENTO DEVERA SER ENTREGUE COM 20 (VINTE) UNIDADES</p>					
---	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

RESERVAS DE LAMINA 60°, UTILIZADAS NO CORTE DE MATERIAL VINIL.					
---	--	--	--	--	--

VALOR GLOBAL ESTIMADO DO ITEM: R\$9.030,0000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

GRUPO I (G1)

Item	Descrição	UM	Qtde.	Preço Unit.	Total	BENEFÍCIO LC 123/2006
002	MAQUINA PARA PINTURA DE MEIO FIO E DEMARCAÇÃO VIARIA . MÁQUINA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA (PINTURA DE FAIXA; GUIAS DE SARJETAS; POSTES; ZEBRADOS; FAIXAS DE PEDESTRES; SETAS; LEGENDAS E OUTROS). TOTALMENTE NOVA E COM AS DEVIDAS GARANTIAS, DOTADA DE DUAS PISTOLAS MECÂNICAS, MANUAL E ESPALHADORES DE MICROESFERA GENUINAMENTE NACIONAIS. A GANHADORA DEVERÁ DAR TREINAMENTO DO EQUIPAMENTO NA SEDE DA PREFEITURA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ VIR COM GIROFLEX.	UN	1	R\$ 255.033,3333	R\$ 255.033,3333	AMPLA CONCORRÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

003	CARRETINHA PARA TRANSPORTE DE EQUIPAMENTO . CARRETA ESPECÍFICA COM RAMPAS DE ACESSO PARA SUBIDA E DESCIDA DO EQUIPAMENTO COM PONTOS DE FIXAÇÃO PARA O TRANSPORTE SEGURO DO MESMO. A CARRETA DEVE ESTAR DEVIDAMENTE DOCUMENTADA E LICENCIADA PELO DETRAN/MG, COMPATÍVEL COM O ITEM 02.	UN	1	R\$ 32.500,0000	R\$ 32.500,0000	AMPLA CONCORRÊNCIA
004	MARTELETE PNEUMÁTICO PARA IMPLANTAÇÃO DE TACHAS E TACHÕES COMPATÍVEL COM O ITEM 02. PARA IMPLANTAÇÃO DE TACHAS E TACHÕES COMPATÍVEL COM A MAQUINA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA	UN	1	R\$ 12.194,4433	R\$ 12.194,4433	AMPLA CONCORRÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

005	CONJUNTO APLICADOR PARA PINTURA . CONJUNTO APLICADOR PARA FAZER PINTURA MANUAL DE ZEBRADOS, PASSAGEM DE PEDESTRES, LEGENDAS E OUTROS ACESSORIOS EXTRAS, COMPATIVEL COM O ITEM 02. CJ P/PINTURA MANUAL DE ZEBRADOS, PASSAGEM DE PEDESTRES, LEGENDAS E OUTROS ACESSORIOS EXTRAS, COMPATIVEL COM A MÁQUINA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	UN	1	R\$ 12.374,9500	R\$ 12.374,9500	AMPLA CONCORRÊNCIA
-----	---	----	---	-----------------	-----------------	--------------------

VALOR GLOBAL ESTIMADO DO GRUPO I: R\$312.102,7266

Em caso de divergências entre especificações da Tabela de Preços de Referência e dos Termos de Referência, prevalecem as especificações dos respectivos Termos de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

ANEXO II
MODELO PARA COMPOSIÇÃO DE PROPOSTA
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº...../2021

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

ESTADO:

TELEFONE:

E-MAIL:

BANCO: AG:..... OPERAÇÃO:..... CONTA:.....

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO: RG..... CPF.....

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR GLOBAL R\$						

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência do Objeto deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de **90 (NOVENTA) DIAS**.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

ANEXO III

DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

_____ (nome da empresa), CNPJ
(número de inscrição), sediada
_____ (endereço completo), declara, sob as Penas da
Lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o Presente processo licitatório.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

_____ (nome da empresa), CNPJ
_____ (número de inscrição), sediada _____
_____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-
assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo
Município de Santa Luzia, na modalidade de **Pregão Eletrônico Nº/2021**, conforme disposto no artigo
7º da Constituição Federal, na Lei federal nº 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de
28.10.1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto federal nº 3.555, que não emprega menores de dezoito anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo
na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 2021.

(Assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

_____ (nome da empresa), CNPJ _____
(número de inscrição), sediada _____ (endereço
completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na
qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Santa Luzia, na modalidade de
Pregão Eletrônico Nº/2021, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em
qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

A empresa _____, CNPJ _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2021.

(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATOS: XXX/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX**

O **MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG**, inscrito no CNPJ sob o Nº xxxxxxxxxxxxxx, com sede na Av. VIII, nº: 50 B. Carreira Comprida, Santa Luzia/MG, neste ato representado pelo Secretário Municipal de xxxxxxxxxxxx, Sr., portador do CPF nº xxxxxxxxxxxx, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº: 3.338, de 13 de agosto de 2018, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, com sede à XXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro: XXXXXX, Município: XXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX Telefone (XX) XXXX- XXXX, **CNPJ** nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXX**, CPF nºXXX.XXX.XXX-XXX doravante denominada **CONTRATADO**, ajustam e contratam o presente cuja celebração foi autorizada pela homologação constante do Pregão Eletrônico Nº/2021, que se regerá pela Lei Federal n.º 10.520/02, bem como a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores e; com as normas e condições fixadas no ato convocatório e seus anexos, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto do presente contrato a **AQUISIÇÃO DE MÁQUINA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL PELO SISTEMA A FRIO E ACESSÓRIOS AUXILIARES** e a **COMPRA DE PLOTTER DE CORTE E RECORTE DE MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA CONFEÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO**, para novas sinalizações e manutenção de sinalizações existentes nas vias urbanas do município de Santa Luzia e seus distritos, conforme a proposta vencedora e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, do Edital Pregão Eletrônico nº:/2021 e demais anexos.

ITEM I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR GLOBAL R\$						



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

GRUPO I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR GLOBAL R\$						

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO

2.1 O fornecimento será feito pela contratada, **NOS PRAZOS MÁXIMOS DE 30 (TRINTA) DIAS CONSECUTIVOS PARA O OBJETO DO ITEM I E DE 60 (SESENTA) DIAS CONSECUTIVOS PARA O OBJETO DO GRUPO I**, prorrogáveis pelos respectivos períodos mediante justificativa aceita pela Prefeitura, a partir da entrega do Pedido de Fornecimento ou Nota de Empenho pela Coordenação do Contrato, definido no Termo de Referência – Anexo I.

2.2 O produto deverá atender as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O presente contrato terá início na data de sua assinatura e **término em 31/12/2022**. Parágrafo Único. O prazo supracitado poderá ser prorrogado, excepcionalmente, nas hipóteses previstas na Lei federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. O valor global do contrato para os lotes vencidos pelo licitante acima definido é de R\$ xxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Parágrafo Primeiro - Os elementos que compõem o cálculo do referido preço estão representados na respectiva proposta da contratada que passa a constituir parte integrante deste contrato.

Parágrafo Segundo – os pagamentos se darão após a verificação e o aceite por parte da Fiscalização dos quantitativos comprovadamente utilizados.

Parágrafo Terceiro - Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irrevogáveis pelo prazo do período do contrato, salvo mudança na Política Econômica, quando será utilizado para reajuste o IPCA ou outro índice que o substitua, determinado pelo Governo Federal, para restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, o que faculta Termo Aditivo ao contrato.

Parágrafo Quarto - A mudança superveniente da política econômica adotada pelo Governo Federal, no tocante a preços, reajustamento ou outra qualquer condição que repercuta na execução do presente contrato, deverá ser ao mesmo, adaptada mediante o competente aditamento.

Parágrafo Quinto - Os critérios e procedimentos para reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual deverão atender às disposições da Instrução Normativa Conjunta Municipal (INC 001-2021, de 29 de Julho de 2021).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

- 9.1. Substituir ou repor os produtos que não estiverem de acordo com as especificações do Anexo I, nos prazos estipulados no Termo de Referência, contados a partir da comunicação feita pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia;
- 9.2. Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, exigidas no Edital e anexos;
- 9.3. Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços.
- 9.4 Entregar os produtos, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, quando solicitados;
- 9.5 Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- 9.6 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 9.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 9.8 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

- 10.1. Poderá A CONTRATANTE, nos termos e condições estabelecidas pela legislação, rescindir o presente contrato, unilateralmente ou mediante prévio acordo com a CONTRATADA, na ocorrência de hipótese prevista nos artigos 77 a 80 da Lei federal 8.666/93.
- 10.2. Ocorrendo a rescisão por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRANTE, autorizada a reter, até o limite dos prejuízos experimentados os créditos a que tenha direito.
- 10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.
- 10.4. A rescisão administrativa e amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela Autoridade Competente.
- 10.5. Constitui, ainda, causa de rescisão contratual a situação de irregularidade da CONTRATADA perante o INSS e FGTS.
- 10.6. A rescisão unilateral deverá ser comunicada, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que haja direito de indenização de qualquer espécie à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1 A inexecução do objeto desta licitação, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

b) Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, limitada a 20% do valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;

Multa compensatória limitada a 20% (vinte) sobre o valor total do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo de até 5 (cinco) anos conforme artigo 7º da lei federal 10520/02;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

11.2 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

11.3 A sanção prevista na alínea b deste item poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

11.4 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

11.5 A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

11.6 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

11.7 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativa, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

11.8 A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Prefeito de Santa Luzia e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

11.9 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10 Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. O presente contrato poderá ser alterado, conforme hipóteses previstas na lei federal 8.666/93, por Termo Aditivo.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar nas mesmas, condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO

13.1. A contratante fará a publicação do resumo deste contrato no “Minas Gerais” para os efeitos legais previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 As partes elegem o foro da Comarca de Santa Luzia para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Licitações e Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2021

decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Luzia, XX de XXXXX de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal de XXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratado

Testemunhas: 1.

2 –